



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS DE CERRO LARGO
CURSO CIENCIAS BIOLÓGICAS – LICENCIATURA

TATIANE FOLLMANN

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E AGRICULTURA FAMILIAR:

RECONNECTANDO O CONSUMO À PRODUÇÃO

CERRO LARGO / RS

2015

TATIANE FOLLMANN

**ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E AGRICULTURA FAMILIAR:
RECONNECTANDO O CONSUMO À PRODUÇÃO**

Projeto de Pesquisa apresentado ao Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito parcial para aprovação no Componente Curricular de Trabalho de Conclusão de Curso I.

Orientadora: Profa.Dra.Sandra Vidal Nogueira

CERRO LARGO / RS

2015

TATIANE FOLLMANN

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E AGRICULTURA FAMILIAR:

RECONNECTANDO O CONSUMO À PRODUÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para obtenção do título de Licenciatura em Ciências Biológicas.

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Vidal Nogueira

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: 19/11/2015.

BANCA EXAMINADORA

Adriano André Maslowski

Rosangela Ines Matos Uhmman

Sandra Vidal Nogueira

RESUMO

O trabalho intitulado “Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: Reconnectando o Consumo à Produção”, relata os estudos sobre as novas perspectivas da agricultura familiar no atendimento das demandas da alimentação escolar, identificando nos registros documentais da secretaria municipal de educação de Cerro Largo e nos registros das escolas estaduais existentes no município em estudo, as possíveis convergências e divergências existentes. Serão analisadas as aproximações entre a produção na agricultura familiar e o consumo de alimentação escolar, no período de 2014-2015, bem como se estão em conformidade com a lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que estabelece o valor mínimo de 30% do orçamento, para compra de merenda escolar oriunda da agricultura familiar local. Diante da conjuntura econômica atual, onde muito se ouve falar em agricultura familiar, busca-se verificar com este trabalho, o quanto Cerro Largo, município localizado na região das missões, no estado do Rio Grande do Sul, está investindo nos/as agricultores/as e em suas produções, por meio de compras para a merenda escolar. A opção metodológica por uma pesquisa de natureza qualitativa, com caráter descritivo e documental, (bibliográfico) e ênfase em procedimentos de análises de conteúdo foi o método escolhido para o desenvolvimento deste trabalho.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Alimentação escolar. Programa Nacional de Alimentação Escolar. Educandos. Produtores.

ABSTRACT

The work entitled "School Feeding and Family Farming: Reconnecting the consumption to production," reports the studies on new prospects of family farming in meeting the demands of school meals, identifying the documentary record of the municipal Cerro Largo education and records of state schools existing in the city under study, possible convergences and divergences. Approaches will be analyzed between production in family farming and the consumption of school meals, from 2014-2015, as well as whether they comply with the law n ° 11.947 of 16 June 2009 laying down the minimum amount of 30% of the budget for the purchase of school meals derived from local family farming. Given the current economic environment, where much is said about in family farming, the aim is to check with this job, how much Cerro Largo, municipality located in the region of the missions in the state of Rio Grande do Sul, is investing in / the farmers / the and their productions through shopping for school meals. The methodological choice of a qualitative research, with descriptive and documentary, (literature) and emphasis on content analysis procedures was the method chosen for the development of this work.

Keywords: Family agriculture. School feeding. National School Feeding Programme. Students. Producers.

LISTA DE SIGLAS

COOPACEL - Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar LTDA.

FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

PAE - Programa de Alimentação Escolar.

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável.

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	CAPÍTULO I – DO REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
3	CONSUMO ESCOLAR, PRODUÇÃO RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS ALIMENTARES NO RS	11
4	CAPÍTULO II – DA METODOLOGIA.....	15
4.1	Da Definição das Categorias de Análise.....	16
5	CAPÍTULO III – DOS RESULTADOS.....	18
6	CONCLUSÕES.....	29
7	REFERENCIAIS.....	33

1 INTRODUÇÃO

Segundo registros da história de nosso país, entre 1955 e 1993 a gestão da alimentação escolar era feita de maneira totalmente centralizada. Os cardápios eram planejados pelo órgão gerenciador e os alimentos adquiridos somente de forma licitatória. Neste período, quem fornecia os alimentos para as escolas eram as grandes empresas.

Em 1994, com a promulgação da Lei nº 8.913/94, houve a descentralização dos recursos, ficando a execução do programa sob a responsabilidade das secretarias de educação dos municípios, dos estados e do distrito federal. Estes órgãos começaram a ter maior autonomia para gerenciar a compra dos gêneros alimentícios de empresas mais próximas, embora, segundo Saraiva (2010), a execução do programa fosse realizada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, por meio da medida provisória nº 1784, de 14/12/1987. Por meio do gerenciamento dos processos licitatórios, houve a redução e até exclusão de alimentos desidratados, assim como daqueles que exigem pouco tempo para o preparo e dos que não precisam de refrigeração e são conhecidos como pré-prontos.

Somente em 2009 a Lei nº 11.947 reforça que o mínimo de 30% do valor gasto com alimentação escolar durante o ano letivo, fosse feita com alimentos provenientes da agricultura familiar local. Deste momento em diante, cresce o estímulo e o apoio à agricultura familiar, fatores estes que têm se mostrado relevantes para a formulação e a implementação de ações voltadas para as agroindústrias familiares.

Embora muito tenha se avançado na perspectiva de incentivos ao trabalho rural, bem como o reconhecimento pela produção de alimentos saudáveis e de qualidade, sente-se a necessidade de cada vez mais, apoiar este modelo produtivo, por meio de políticas agrárias e agrícolas, bem como da valorização da produção destes/as agricultores/as.

Sentimos a necessidade de fortalecer a agricultura familiar, de estimular a utilização de alimentos regionais, respeitando os hábitos alimentares locais e assim, aumentar significativamente o consumo de alimentos in natura por parte de estudantes.

Portanto, num período em que se ouve falar tanto em alimentação saudável e sua relação com a agricultura familiar, a realização desta pesquisa vai ao encontro da necessidade de aproximar alimentação escolar e agricultura familiar.

Com o auxílio de revisões bibliográficas em acervos da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Cerro Largo e consulta em artigos científicos, foi construída uma base para um diálogo com o tema abordado, por meio de uma breve análise sobre a história e das conquistas dos trabalhadores rurais em busca de renda para o sustento e a permanência de suas famílias no meio rural.

Do ponto de vista metodológico analisaremos, também, os documentos referentes às compras de merenda escolar pelas escolas estaduais situadas no município de Cerro Largo, bem como por parte do governo municipal local, na compra de alimentos vindos diretamente das agroindústrias familiares e de propriedades rurais organizadas. De posse de todos os dados coletados, a intenção foi verificar se as aproximações existentes entre a produção na agricultura familiar e o consumo de alimentação escolar em Cerro Largo no período de 2014-2015 se consolidou.

Diante deste panorama, verificamos quais são as aproximações existentes entre a produção na agricultura familiar e o consumo de alimentação escolar em Cerro Largo no período de 2014-2015, baseadas nos registros documentais da secretaria municipal de educação do município de Cerro Largo.

2 CAPITULO I – DO REFERENCIAL TEÓRICO

Diante da conjuntura econômica atual, onde muito se ouve falar em agricultura familiar, busca-se verificar com o trabalho desenvolvido, analisar o quanto Cerro Largo, município localizado na região das missões, no estado do Rio Grande do Sul, está investindo nos/as agricultores/as e em suas produções, por meio de compras para a merenda escolar. Segundo a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009,

(...) **no mínimo 30%** (grifo da autora) do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) **devem ser utilizados obrigatoriamente na compra de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar** (grifo da autora). (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

Levando em conta a lei acima citada, é obrigação do município realizar a compra de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar, de entidades ou famílias legalmente organizadas na respectiva cidade, para que sejam servidos nas escolas. Segundo esta Lei, o mínimo é 30%, portanto cada município pode adequar seus gastos em merenda escolar, mas sempre deve respeitar a porcentagem mínima para a compra de alimentos vindos direto da agricultura familiar. Este gasto que o município tem com a alimentação, ajuda a manter e incentivar as pequenas famílias a permanecerem na zona rural.

Segundo Triches (2012), a intenção era de aproximar a produção dos pequenos agricultores familiares e o consumo de alimentos nos mais diferentes setores, com auxílio do Programa de Alimentação Escolar-PAE. Este Programa surge com grande potencial para auxiliar o enfrentamento a problemática em questão, tornando mais estreita a relação existente entre o consumo e a produção de alimentos.

Depois do surgimento do PAE, a relação entre consumo produção e políticas públicas alimentares ficou mais evidente. Busca-se diariamente consolidar estas relações, estreitando cada vez mais os laços entre ambos. Em nível local, isto é mais fácil de ocorrer, embora muitos dos processos licitatórios de compra dificultem as ações, devido a grandes exigências legais e sanitárias impostas, bem como a formalização destes grupos dentro de pequenas famílias de agricultores.

3 Consumo escolar, produção rural e políticas públicas alimentares no RS

Historicamente, a agricultura e as pessoas que nela trabalham foram marginalizadas e seus produtos pouco valorizados. Havia problemas para gerar renda e, conseqüentemente, se sustentar e fixar moradia na zona rural. Quem tinha ‘um pedaço de terra’, pensava somente em produzir grãos. Especializaram-se, então, na monocultura. Aos poucos, enfrentando muitos desafios e dificuldades, começaram a investir na produção de outras culturas, entre elas, produtos que poderiam ser destinados ao consumo na merenda escolar. Identificou-se, com esta possibilidade, outra forma de gerar lucros para seus próprios sustentos. Segundo Burch e Lawrence (2005, p. 36),

a produção cada vez mais industrializada e globalizada acabou gerando desconfiança e a incerteza por parte dos consumidores, já que a maioria dos produtos apresentavam procedência desconhecida, qualidade indiferenciada e irresponsabilidade nas questões sociais e ambientais. O que inflamou ainda mais essa situação foi a crise sanitária que inquietou os consumidores de todo o mundo através da vaca louca, febre aftosa, gripe aviária, salmonela, etc. Esse contexto de insegurança acabou motivando a busca dos consumidores por alimentos mais saudáveis, de origem conhecida, com menores riscos à saúde e ao meio ambiente.

Neste momento, o meio urbano começa a enxergar as atividades rurais com outros olhos. É o primeiro ponta pé para a valorização dos “chamados” produtos da roça. Produzidos de maneira simples, sem muita tecnologia e insumos químicos, via-se ali, uma saída para o consumo e a comercialização de produtos considerados mais saudáveis. A trajetória em busca de espaço comercial e valorização do trabalho de agricultores/as têm uma jornada longa, muitos desafios, lutas e conquistas. Nada ocorreu do dia para a noite e sem esforço, engajamento e ajuda mútua.

De acordo com Wilkinson (2008), no âmago dessas transformações se tornou crescente a valorização dos produtos orgânicos, com denominação de origem e da agricultura familiar, que passam a ser associados à tradição, à natureza, ao artesanal e ao local como um conjunto de valores agora premiados pelo mercado consumidor. No entanto, sabemos que muitos valores industriais e comerciais fazem parte e são fundamentais para definir e manter a qualidade dos produtos alimentares que são produzidos nas agroindústrias.

Preocupados com os altos índices de sobrepesos, doenças crônicas e de déficits nutricionais, o estado do Rio Grande do Sul começou a reestruturar seus modelos alimentares, baseando-se nos conceitos de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável-SAN e em dois componentes básicos. Um deles que é a alimentação relacionada à sua produção, disponibilidade, comercialização e acesso ao alimento e o outro, que é o componente nutricional que está relacionado às práticas alimentares e a utilização biológica do alimento bem como o estado nutricional da população (Conselho Nacional de Segurança Alimentar - CONSEA, 2004).

É neste momento que as famílias precisam do apoio, incentivo e estímulo do poder público. Sem estes, fica quase impossível uma família de pequenos agricultores se estruturarem para transpor as barreiras de exigências impostas pelo poder público vigente, levando em conta principalmente o alto custo burocrático para a legalização das suas agroindústrias familiar e a demora nos tramites de documentos nos órgãos responsáveis pelos setores de legalização.

Apesar dos avanços na legalização das agroindústrias familiares, há necessidade de ações concretas ou iniciativas que venham a auxiliar estas pequenas famílias, que ainda são poucas. Estamos vivendo a fase, onde muitas exigências são feitas e pouco auxílio é prestado para a efetivação desta legalidade. Se efetivamente houver parceria entre as famílias e os gestores públicos, *“é possível construir rotas e caminhos alternativos às injunções e restrições de toda ordem”* (TRICHES, 2012, p. 28).

A primeira grande dificuldade que os agricultores enfrentam para ter acesso ao mercado de compra de suas produções é quanto ao uso do termo ‘obrigatoriamente ser lícitado’, pois ainda existe muita burocracia para os processos licitatórios vigentes. Muitos documentos são exigidos e os processos de legalização das agroindústrias são muito lentos. Uma série de medidas solicitadas geram inúmeros gastos, a ponto de que os/as produtores/as não conseguiremse adequar. Isto faz com que muitos desistam no meio dessa trajetória, aumentando, conseqüentemente, o êxodo rural. As agroindustriais familiares rurais são entendidas segundo a definição de Mior (2005, p. 191), como sendo

(...) uma forma de organização em que a família rural produz, processa e\ou transforma parte de sua produção agrícola e\ou pecuária, visando, sobretudo à produção de valor de troca que se realiza na comercialização. Enquanto o processamento e a transformação de alimentos ocorrem geralmente na cozinha das

agricultoras, a agroindústria familiar rural se constitui num novo espaço e num novo empreendimento social e econômico.

A intenção maior da criação das agroindústrias familiares era a manutenção da família ou parte dela na zona rural, impedindo assim que os filhos migrassem para as cidades à procura de melhores condições de vida. Mesmo assim, muitos/as filhos/as de agricultores/as migraram para a cidade, em virtude de que as agroindústrias possuíam escala baixa de produção e também devido às dificuldades enfrentadas para a comercialização de seus produtos, tornando assim impossível sustentar toda a família somente com a arrecadação proveniente da agricultura. Com a migração, pretendiam minimizar os problemas dos pais com o sustento familiar e assim poder auxiliar no que fosse necessário para a expansão dos empreendimentos familiares.

No início, as famílias trabalhavam individualizadas, cada uma produzia seus produtos e tentava sobreviver com a venda dos mesmos. Não se pensava coletivamente e muito menos se pensava em associação ou cooperativismo. Talvez isto seja o maior erro cometido desde o início da criação das agroindústrias. Com este individualismo, muitas famílias se viram obrigadas a abandonar o sonho de viver no meio rural e partir para a cidade, em busca de seu próprio sustento, pois somente com a produção em pequena escala em suas terras, era inviável criar seus filhos com o mínimo de dignidade.

Segundo Silveira *et. al.* (1999) e Mior (2005) observam a organização coletiva, expressa por meio das associações de produtores, deve ser entendida como resposta a uma situação em que a ação individual não consegue atender as demandas e as reivindicações de determinados segmentos sociais. Sendo assim, as associações e cooperativas surgem em razão da incapacidade de uma família sozinha enfrentar o mercado competitivo e de manter suas famílias no meio rural. Para muitas dessas unidades, a saída tem sido a crescente organização em redes, associações e cooperativas, como forma de avançar em suas conquistas e reconhecimentos perante a sociedade.

Foi, assim, por meio destas associações que se buscou viabilizar os custos de produção, as exigências tecnológicas e as dificuldades de comercialização dos produtos, bem como o ingresso em programas governamentais, que pudessem auxiliar estas famílias a permanecerem onde estava sem precisar procurar outro meio para seu sustento. Ou seja, é a partir da venda de produtos que eram consumidos pela família, que esse grupo familiar inovou, no sentido de construir a agregação de valor aos produtos e alimentos, pois antes nenhum valor possuía nos mercados tradicionais.

Segundo Wilkinson (2008), essas iniciativas operam com base nos mercados locais de proximidade e de relacionamentos continuados, em que aspectos como o prévio conhecimento entre os atores, a confiança e as transações frequentes geram lealdades. Em função disso, essas atividades funcionam com relações sociais institucionalizadas localmente, que são reproduzidas por agricultores/as e consumidores/as dos produtos, fazendo com que muitas experiências de agroindustrialização não almejem o seu enquadramento nos sistemas institucionais formais (CARVALHEIRO; WAQUIL, 2009; AGNE, 2010).

O governo federal criou vários programas para beneficiar os/as agricultores/as organizados/as em cooperativas ou associações, incentivando e fortalecendo as organizações coletivas. Muitas destas ações, no entanto, são restritivas, visto que, apesar destas ações estarem vinculadas à possibilidade do recebimento de recursos nos mais diferentes âmbitos (tanto municipal, estadual ou federal), burocraticamente, existe uma legislação maior, que acaba por impedir o/a agricultor/ade se adequar na busca destes recursos.

Participar de programas que podem aumentar a renda do/a agricultor/a, às vezes até não são tão difíceis, assim! O que é visto por eles como difícil é, pois, manter-se neste programa e vencer a competitividade da outra agroindústria e até mesmo de grandes indústrias. Outra dificuldade enfrentada pelos/as agricultores/as reside na regularidade dos pagamentos feitos pelos órgãos governamentais às associações. Muitas vezes este/a agricultor/a depende da venda anterior da produção para produzir sua próxima. Ele não tem um capital de giro grande.

É evidente que o processo de modernização da agricultura acabou provocando bruscas mudanças no meio rural brasileiro. Diante disso, tem sido crescente a busca por novas alternativas que corroborem com o processo de desenvolvimento rural para que a renda familiar possa apresentar significativos acréscimos. Segundo o Relatório do Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar Catarinense - Desenvolver, a renda das famílias envolvidas no processamento de alimentos melhorou significativamente após a implantação das agroindústrias. Entretanto, segundo afirmar Santos e Ferreira (2006, p. 75),

nem sempre essa elevação na renda familiar se torna tão expressiva em termos monetários por esta ser uma atividade concebida por alguns agricultores como complementar e sazonal.

Ou seja, em alguns casos a agroindústria familiar é entendida como “um complemento” por não ser, muitas vezes, nem a única e nem a principal fonte de entrada de recursos na propriedade.

São poucas as famílias que se dedicam exclusivamente em suas agroindústrias. Aliados com esta renda buscam outra atividade para complementar e, assim, às vezes, acabam por não conseguir ter sucesso satisfatório em nenhuma delas. Os/as próprios/as agricultores/as ainda duvidam da sua capacidade de produção e também da qualidade de seus produtos. Ainda carregam no inconsciente, a desvalorização que sofreram ao longo da história, na época que nada recebiam pelo que produziam. Hoje, a produção que você sabe de onde vem, quem produz e como é produzida tem seu valor agregado. Cada dia que passa a busca por este tipo de alimento vem crescendo em todos os âmbitos. O que falta ainda é conseguirmos conquistar a valorização deste produto que tanto o agricultor almeja!

4 CAPÍTULO II - DA METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho de conclusão de curso, fez-se a opção metodológica por uma pesquisa de natureza qualitativa, com caráter descritivo e documental, (bibliográfico) e ênfase em procedimentos de análises de conteúdo (BARDIN, 1977). De acordo com Bardin (2011, p.47), o termo análise de conteúdo designa:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Baseando-se nos estudos de Bardin (2011), que prevê fases fundamentais para o desenvolvimento do trabalho: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, buscou-se compreender as características e estruturas que estão no documento intitulado “*Projetos de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar*”, referente à compra de merenda pelas quatro escolas estaduais, as seis escolas municipais e as duas creches que estão localizadas dentro dos limites do município de Cerro Largo. Analisando-os, esperamos entender o sentido da mensagem transmitida ao leitor e também obter um olhar crítico sobre as abordagens apresentadas.

Dialogamos ainda com diferentes bibliografias referentes ao assunto abordado, como por exemplo, a legislação vigente, Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que determina no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e distrito federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE seja destinado para a aquisição de alimentos da agricultura familiar.

Por meio da comparação de dados coletados durante a análise documental, verificamos se o município em estudo esta em consonância com a lei de licitações nº 8666/93, para a aquisição de alimentos, utilizando-se para estas compras, de recursos recebidos pelo PAE.

Neste documento, faz-se uma projeção da quantidade de merenda escolar que cada escola estadual e o próprio município pretendem comprar da agricultura familiar por um período de tempo estipulado no próprio projeto nos anos de 2014 e 2015. A entidade intermediária para a negociação, a compra e execução do projeto da merenda escolar é a Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar LTDA – COOPACEL.

4.1 Da definição das categorias de análise

Em se tratando das terminologias usadas, há de ter clareza para a definição de nove referentes, categorias de análise, definidas previamente. São elas:

- a) **Agroindústria familiar** - é entendida como uma estratégia de reprodução social da agricultura familiar, que leva agricultores/as a “produzirem” novidades (“inovações”) e a agregarem um maior valor aos seus produtos.
- b) **Aquisição de Produtor/a e/ou Cooperativa** – é quando a aquisição é feita pela prefeitura, por meio de compra ou licitação, de produtos de pequenos/as produtores/as rurais, individuais ou organizados/as em associação ou cooperativas.
- c) **Cardápios** – é o que compõem a alimentação diária oferecida na merenda escolar para proporcionar aos estudantes, sua permanência na escola, bem como suprir as necessidades nutricionais e a capacidade de aprendizagem dos educandos. Sabe-se que no PNAE, consta que os cardápios devem conter, no mínimo, 350 kcal e 9g de proteínas e devem estar equilibrados de modo que

permita uma boa condição de saúde. Na alimentação escolar, os cardápios devem ser balanceados e calculados dentro das recomendações diárias. Devem atender a 15% das recomendações diárias para crianças com permanência de 4h/dia e 66% das recomendações diárias para crianças com permanência de 8h/dia na escola (MARIETTO, 2002). Pré-escolares e estudantes do ensino fundamental estão em um período de crescimento significativo nas áreas social, cognitiva e emocional (KRAUSE, 1998) e principalmente, na nutricional. Baseando-se nestes dados citados acima, a nutricionista responsável pela elaboração do cardápio escolar deve sempre estar atenta, para que este supra da melhor forma possível as necessidades nutricionais dos alunos.

- d) Produto** - refere-se o resultado do trabalho realizado pelas pessoas que moram no meio rural, ou seja, o/a agricultor/a e seus familiares. É o produto vindo da terra, produzido a fim de obter lucro com ele, bem como manter o sustento da própria família.
- e) Produtores** – são aqueles que, moram na zona rural do município, que possuem poucos hectares de terras e a exploram com o trabalho pessoal e de sua família. Como resultado desta exploração busca o seu sustento e dos demais familiares produzindo alimentos básicos para consumo próprio e da população em geral.
- f) Promoção da Produção Rural Familiar** – é a criação de programas de geração de renda e auto - sustentabilidade da família agrícola por meio de parcerias entre as secretarias de educação, EMATER, sindicato dos trabalhadores, secretaria de agricultura, da ação social ou de desenvolvimento rural.
- g) Sucessão** – este processo, segundo Stropazola (2011, p. 45) é *“reconhecido como o repasse do poder e do patrimônio entre gerações no âmbito da agricultura familiar [...],”* os pais, aos poucos vão entregando seus estabelecimentos a um/a novo/a agricultor, que neste caso são seus/suas próprios/as filhos/as. Com a permanência do/as filhos/as na agricultura, os pais garantem a continuidade na produção de alimentos, preservando as tradições, hábitos e culturas familiares. Os/as filhos/as, por outro lado, garantem seu sustento por meio de produtos que eles/as mesmos plantam e depois comercializam principalmente na cooperativa que foi fundada por seus pais.

- h) **Valores** - refere-se aos custos, a quantidade necessária para produzir os produtos a serem comercializados, bem como o valor da venda desta produção. Baseando-se nestes dados, é possível estimar uma margem de lucro mínima para a pessoa que plantou e cultivou o produto a ser comercializado.
- i) **Valorização e Divulgação da Agricultura Familiar** – realização de eventos que valorizam a agricultura familiar, visitas orientadas as propriedades dos/as pequenos/as agricultores/as, dando-lhes assistência nas suas dificuldades diárias.

5 CAPÍTULO III - DOS RESULTADOS

Diferentemente do que acontecia entre os anos de 1955 e 1993, a gestão dos alimentos que atualmente são fornecidos para a merenda escolar não são mais centralizados. Partes destes alimentos são adquiridas de forma licitatória e outra parte, através de chamada pública, destinada para fins de habilitação dos fornecedores e recebimento das propostas de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, em conformidade com a Lei Federal nº 11.947/09 e Resolução nº 38/09, alterada pela Resolução nº 25/12 do FNDE.

Para o desenvolvimento deste trabalho, foram analisadas a chamada pública municipal que atende a 6 escolas municipais e 2 creches e também a chamada pública das escolas estaduais existentes em nosso município, que são no total de quatro escolas. Todas as chamadas públicas analisadas baseiam-se na mesma Lei Federal com sua respectiva resolução, levando em conta que no mínimo 30% dos valores gastos em alimentação escolar sejam adquiridos da agricultura familiar.

Preocupados com os altos índices de sobrepesos, doenças crônicas e de déficits nutricionais apresentados por alunos nas mais diferentes escolas, é que se começou a buscar para estes, uma alimentação balanceada e nutritiva, que suprisse as necessidades diárias daqueles que ali frequentavam e usufruíssem do espaço escolar para se alimentar.

Por meio da comparação de dados coletados durante as análises documentais, foi possível verificar que o município em estudo com as demais escolas estaduais estão em

consonância com a lei de licitação nº 8666/93, para a aquisição de alimentos, utilizando-se para estas compras, recursos recebidos pelo PAE, destinando no mínimo 30% dos valores para compras da agricultura familiar. Fazem-no porque existe uma lei que fiscaliza os gestores escolares no caso de não cumprimento. Temos a plena convicção que mais produtos poderiam ser adquiridos diretamente da agricultura familiar local. Com esta atitude, estariam contribuindo para que as famílias se mantivessem no meio rural com mais perspectivas positivas e conseqüentemente aumentando suas rendas.

O primeiro dado a ser levado em conta é a data da abertura da chamada pública municipal nº 01/2015 somente ocorrer no mês de junho do corrente ano e começar a sua validação no mês seguinte. Já em 2014, primeira chamada pública municipal ocorreu no mês de maio do corrente ano, sendo que depois desta data, mais duas chamadas para compras de alimentos da agricultura familiar foram realizadas.

Muitas indagações ficam soltas no ar e estas muitas vezes sem respostas. Questionamos que até este momento, em qual estabelecimento o município adquiriu a merenda escolar? Sabe-se que durante este período os alunos não ficaram sem receber a merenda escolar e a que receberam era de excelente qualidade. Mas então porque não realizar esta chamada pública no início do período escolar? Talvez neste ponto esteja fortemente destacada a obrigatoriedade em que sentem em comprar os produtos da agricultura familiar, comprando somente a porcentagem mínima exigida em lei.

São tantas indagações e nenhuma certeza do real motivo que não adquirem mais produtos da agricultura familiar para a alimentação dos estudantes. Sabemos que a maioria dos produtores locais que possuem filhos ou netos em idade escolar, certamente estes estão estudando nestas respectivas escolas.

O ministério da saúde, no ano de 2006, enfatizou em seus documentos, que uma das funções da escola, é

propiciar a adesão da comunidade escolar a hábitos alimentares saudáveis e atitudes de autocuidado e promoção da saúde. Consistem num conjunto de estratégias que devem ser implementadas de maneira complementar entre si, permitindo a formulação de ações/atividades de acordo com a realidade de cada local. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006).

Entendemos que, hábitos alimentares saudáveis englobam uma alimentação com o mínimo possível de agrotóxico, sendo que o ideal seria taxa zero deles na nossa alimentação diária. Os produtos comercializados na cooperativa local, não levam nenhum tipo de agrotóxico ou produtos químicos durante suas fases de crescimento até o consumo final. Prezamos pelo cultivo de produtos orgânicos, sendo estes considerados atualmente como sendo mais saudáveis e recomendáveis para o consumo humano.

Sabemos que a alimentação escolar pode contribuir decisivamente para a melhoria das condições nutricionais de crianças e jovens, diminuindo deficiências nutricionais e outros agravos relacionados ao consumo alimentar inadequado, protegendo e melhorando significativamente o desempenho escolar, favorecendo crescimento e desenvolvimento adequados, além de representar um importante fator de desenvolvimento econômico local.

Defendemos veemente a valorização dos produtos vindos diretamente da agricultura familiar. Sabemos da importância e dos benefícios que esta comercialização traz para todas as pessoas envolvidas neste processo. Considerando que é dever do estado garantir o acesso de todos os cidadãos aos alimentos com quantidade suficiente, qualidade e regularidade, nos engajamos nesta luta diária em prol dos menos favorecidos que são as pequenas famílias de agricultores de nosso município, para que cada vez mais, tenham voz e vez dentro da comunidade local e também para que seus produtos tenham o reconhecimento e a valorização almejada. Apesar de todas as dificuldades que estas famílias enfrentam, continuam em suas propriedades produzindo alimentos em pequena escala, com qualidade.

No quadro 01 abaixo, listamos a relação dos produtos adquiridos pela prefeitura municipal através da chamada pública nº 01/2015.

Quadro 01: Chamada Pública nº 01/14 da prefeitura municipal de Cerro Largo.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	Queijo caseiro fatiado, com no mínimo 20g cada fatia.	63 kg	R\$ 20,00	R\$ 1.260,00
02	Doce de leite	71 kg	R\$ 8,00	R\$ 568,00
03	Leite tipo C pasteurizado	937 litros	R\$ 2,59	R\$ 2.426,83
04	Bebida láctea	1457 litros	R\$ 2,35	R\$ 3.423,95
05	Pão de cachorro quente (50g)	4655 unid	R\$ 0,53	R\$ 2.467,15
06	Pão cacetinho (50g)	3325 unid	R\$ 0,53	R\$ 1.762,25
07	Pão caseiro fatiado com no mínimo 20 fatias.	397 unid	R\$ 6,30	R\$ 2.201,10
08	Bolacha pintada	54 unid	R\$ 15,50	R\$ 837,00
09	Bolacha polvilho	68 unid	R\$ 15,50	R\$ 1.054,00
10	Cuca simples caseira fatiada	80 unid	R\$ 6,50	R\$ 520,00
11	Batata doce	98 kg	R\$ 3,20	R\$ 313,60
12	Aipim com casca	202 kg	R\$ 3,60	R\$ 727,20
13	Alface íntegra	154 unid	R\$ 2,00	R\$ 308,00
14	Rúcula	119 unid	R\$ 2,00	R\$ 238,00
15	Cenoura	89 kg	R\$ 2,80	R\$ 249,20
16	Beterraba	88 kg	R\$ 3,25	R\$ 286,00
17	Couve-flor	80 kg	R\$ 8,00	R\$ 640,00
18	Repolho	95 kg	R\$ 3,20	R\$ 304,00
19	Abóbora	40 kg	R\$ 2,90	R\$ 116,00
20	Chuchu	78 kg	R\$ 2,25	R\$ 175,50
21	Brócolis	89 kg	R\$ 12,00	R\$ 1.068,00
22	Espinafre	45 Maços	R\$ 1,25	R\$ 56,25
23	Tempero verde	144 Maços	R\$ 1,90	R\$ 273,60
24	Bergamota	106 kg	R\$ 2,50	R\$ 265,00
25	Limão	49 kg	R\$ 2,80	R\$ 137,20

Fonte: Chamada Pública nº01/14 da prefeitura municipal de Cerro Largo.

Analisando a primeira chamada pública do ano de 2014, que ocorreu no mês de maio, notamos que a compra de verduras foi diversificada, sendo sete tipos de verduras dentre o total de 25 itens adquiridos. Esta chamada pública teve a duração de dois meses. Levando em conta que, oito estabelecimentos de ensino entraram na divisão das quantidades de produtos adquiridos, a quantidade recebida por cada um deles foi pequena, pois neste caso as creches também faziam parte das escolas beneficiadas com produtos adquiridos da agricultura familiar e que as mesmas servem almoço durante os cinco dias semanais letivos, sem contar com o lanche da manhã e da tarde. Se as pessoas responsáveis pela elaboração das merendas com os produtos adquiridos não seguissem rigorosamente o cardápio, com certeza, alguns dos itens não seriam suficientes para este período. Mas, no caso de não serem suficientes, onde foram adquiridos os alimentos para a merenda?

Na chamada pública nº 02 /14 abaixo, é possível visualizar os produtos adquiridos através da chamada pública que ocorreu no mês agosto.

Quadro 02: Chamada Pública nº 02/14 da Prefeitura Municipal de Cerro Largo.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
01	Queijo caseiro fatiado, com no mínimo 20g cada fatia.	46 kg	20,50	943,00
02	Doce de leite	38 kg	8,00	304,00
03	Leite tipo C pasteurizado	1208 litros	2,59	3.128,72
04	Bebida láctea	534 litros	2,35	1.254,90
05	Pão de cachorro quente (50g)	1905 unid	0,53	1009,65
06	Pão cacetinho (50g)	1905 unid	0,53	1.009,65
07	Pão caseiro fatiado com no mínimo 20 fatias.	298 unid	6,30	1877,40
08	Bolacha pintada	56 unid	15,50	868,00
09	Bolacha polvilho	73 unid	16,50	1.204,50
10	Cuca simples caseira fatiada	110 unid	6,80	748,00
11	Batata doce	91 kg	3,20	291,20
12	Aipim com casca	200 kg	3,60	720,00
13	Alface íntegra	100 unid	2,00	200,00
14	Rúcula	122 unid	2,00	244,00
15	Cenoura	88 kg	2,80	246,40
16	Beterraba	71 kg	3,25	230,75
17	Couve-flor	36 kg	8,00	288,00
18	Repolho	88 kg	3,20	281,60
19	Abobrinha	57 kg	2,90	165,30
20	Chuchu	100 kg	2,25	225,00
21	Brócolis	80 kg	12,00	960,00
22	Espinafre	35 Maços	1,25	43,75
23	Tempero verde	93 Maços	1,90	176,70
24	Bergamota	66 kg	2,50	165,00
25	Limão	25 kg	2,80	70,00
TOTAL				16.655,52

Fonte: Chamada Pública nº 02 /14 da Prefeitura Municipal de Cerro Largo.

Conforme o quadro 02, é possível perceber que, a quantidade dos produtos sofreu variabilidade, sendo que umas aumentaram enquanto que outras diminuíram da quantidade da compra anterior. A variedade de verduras aumentou. Mas o valor gasto com produtos a base de farináceos continua no topo dos gastos. Parece que estes produtos é que são os mais importantes no cardápio dos alunos na visão dos gestores destes valores. Sabemos que eles precisam estar inseridos no cardápio diário dos alunos, mas não como sendo o principal ingrediente, até porque é estes produtos que são considerados os mais

vilões para nossa alimentação e dos alunos. São eles os principais causadores da obesidade e de doenças relacionadas. São eles que precisam diminuir de quantidade no nosso prato e dar lugar a verduras e legumes. Mas este também não é um processo que ocorre de forma natural. Precisa-se de um trabalho de conscientização diária. Todos precisam de engajar neste processo, desde os familiares que convivem com este aluno até as pessoas que preparam os alimentos na escola. O professor tem um papel fundamental neste processo, pois é ele que mostrará a importância da alimentação. Mostrará o que é mais saudável consumirmos e as respectivas quantidades dos alimentos que necessitamos diariamente ingerir para termos um equilíbrio nutricional.

No quadro 03 abaixo, descrevemos os produtos adquiridos na chamada pública nº 03/14, pelos gestores da prefeitura municipal de Cerro Largo.

Quadro 03: Chamada pública nº 03/14 da prefeitura municipal de Cerro Largo.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	QUANTIDADE	R\$ UNITARIO	R\$ TOTAL
01	Queijo caseiro fatiado, com no mínimo 20g cada fatia.	57 kg	R\$ 20,50	R\$ 1168,50
02	Doce de leite	53 kg	R\$ 8,00	R\$ 424,00
03	Leite tipo C pasteurizado	1093 litros	R\$ 2,59	R\$ 2830,87
04	Bebida láctea	730litros	R\$ 2,35	R\$ 1715,50
05	Pão de cachorro quente (50g)	1995 unid	R\$ 0,53	R\$ 1057,35
06	Pão cacetinho (50g)	1995 unid	R\$ 0,53	R\$ 1057,35
07	Pão caseiro fatiado com no mínimo 20 fatias.	216 unid	R\$ 6,30	R\$ 1360,80
08	Bolacha pintada	48 unid	R\$ 15,50	R\$ 744,00
09	Bolacha polvilho	45 unid	R\$ 16,50	R\$ 742,50
10	Cuca simples caseira fatiada	160 unid	R\$ 6,80	R\$ 1088,00
11	Aipim com casca	203 kg	R\$ 3,60	R\$ 730,80
12	Alface íntegra	140 unid	R\$ 2,00	R\$ 280,00
13	Rúcula	108 unid	R\$ 2,00	R\$ 216,00
14	Cenoura	109 kg	R\$ 2,80	R\$ 305,20
15	Repolho	119 kg	R\$ 3,20	R\$ 380,80
16	Morango	100 kg	R\$2,90	R\$ 290,00
17	Rabanete	54 kg	R\$ 2,25	R\$ 121,50
18	Tempero verde	90 Maços	R\$ 1,90	R\$ 171,00
TOTAL				14.684,17

Fonte: Chamada Pública nº 03 /14 da Prefeitura Municipal de Cerro Largo..

A chamada pública nº 03 foi realizada no mês de outubro do corrente ano. Percebemos claramente, que as verduras praticamente sumiram desta lista de produtos comprados, o que nos deixa tristes e preocupados. Nesta lista, somente três tipos de

verduras aparecem entre os dezoito adquiridos. A cada tempo que passa, parece que as verduras perdem seu espaço no cardápio diário do aluno. Se a escola e a família não oportunizar este tipo de alimentação ao aluno, não tem como ele aprender a saborear as delícias que são as saladas.

Conforme quadro 04, descrito abaixo, destacamos os produtos com suas respectivas quantidades e descrição dos itens exigidos pelos gestores municipais locais na chamada pública de 2015.

Quadro 04: Lista de produtos adquiridos para a merenda escolar durante o ano letivo de 2015 em Cerro Largo.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	QUANTIDADE
04	Bebida láctea, sabor morango.	1321 litros
02	Doce de leite, peso líquido 1 kg, deve constar na embalagem, data de fabricação e prazo de validade.	130 kg
03	Leite tipo C pasteurizado	2035 litros
01	Queijo tipo mussarela fatiado, com no mínimo 20g cada fatia.	101 kg
09	Bolacha manteiga	74 unid.
08	Bolacha pintada	74 unid.
10	Cuca simples caseira fatiada	380 unid.
07	Pão caseiro fatiado com no mínimo 20 fatias.	474 unid.
05	Pão de cachorro quente (50g)	6075 unid.
06	Pão francês (50g)	3990 unid.
11	Aipim com casca, íntegro.	129 kg
12	Alface crespa, nova, de 1ª qualidade, folhas sãs, sem rupturas.	160 unid.
13	Bergamota, tamanho médio, tirada com talinho, íntegra.	46 kg
14	Beterraba sem talos, de 1ª qualidade, com casca sã, sem ruptura, tamanho médio homogêneo.	93 kg
15	Brócolis de 1ª qualidade, cabeças frescas e tenras.	84 kg
16	Cenoura sem rama, fresca sem rachaduras e cortes com tamanho e coloração uniforme, devendo ser graúda.	87 kg

17	Chuchu verde, tamanho grande, de 1ª qualidade, sem rachaduras e machucados.	63 kg
18	Couve-flor, tamanho grande, firmes e flores fechadas de talos não amarelos.	40 kg
19	Repolho verde, de 1ª qualidade, folhas sãs, sem rupturas.	174 kg

Fonte: Chamada Pública nº01/15 da prefeitura municipal de Cerro Largo.

Conforme quadro 04, descrito acima, dentre os 19 itens licitados através da chamada pública, podemos perceber que existe a compra efetiva de muitos alimentos derivados de farináceos e derivados de leite. Estes produtos vêm de agroindústrias familiares estabelecidas em nosso município e que estão legalizadas. Mas quando analisamos quantidades de verduras e legumes, percebemos que as quantidades não são tão expressivas quanto seria o ideal se levarmos em conta os tantos benefícios que trazem à nossa saúde e a quantidade de seis escolas envolvidas nesta divisão e aproximadamente 700 aluno sendo atendidos nas escolas municipais locais.

A chamada pública municipal deste ano não contemplou as creches municipais com alimentos vindos da agricultura familiar, outro fator que causou estranheza ao realizar a análise documental. O valor total do projeto de compra da merenda escolar da agricultura familiar no ano de 2015 totalizou R\$ 29.522,20, enquanto que no ano de 2014, os valores gastos com produtos vindos da agricultura familiar somaram R\$53017,52 divididos em três etapas de compra. Na chamada pública de 2015, foram gastos em derivados de leite o total de R\$ 12.433,55, enquanto que, derivados de farináceos, foram comprados produtos no valor de R\$ 13.823,40. O restante dos R\$ 3.265,25 foram gastos na compra de verduras, legumes e frutas.

No quadro 05, listamos a compra de merenda escolar através de chamada pública, de uma das Escolas Estaduais do Município, denominada como Escola X.

Quadro 05: Chamada Pública da Escola Estadual X, no ano de 2014.

Produto	Quantidade	Unidade	Valor unitário	Valor Total
Aipim	15	Kg	3,20	48,00
Doce de Leite	10	Kg	9,00	90,00
Leite Pasteurizado	350	L	1,85	647,50

Repolho	25	Kg	2,60	65,00
Queijo fatiado	40	Kg	16,65	666,00
Totais				1516,50

Fonte: Chamada Pública da Escola Estadual X de Cerro Largo.

Conforme o quadro 05 acima, podemos perceber que foram apenas cinco produtos adquiridos através da chamada pública, dentre eles apenas um tipo de salada. Três dos produtos foram adquiridos da agroindústria familiar, responsável pela manipulação e preparo dos alimentos a base de leite. Esta escola, nas demais chamadas públicas, não comprou outro tipo de salada da agricultura familiar. O que ocorreu no decorrer do ano, é que a pessoa responsável pela compra de alimentos da agricultura familiar, apenas fez novas compras dos produtos acima citados em quantidades diferentes. Não houve compra de produto diferente dos acima citados, durante o ano letivo. Com toda a certeza, esta escola comprou verduras e legumes para o preparo das refeições de seus alunos, resta-nos questionar porque não o fizeram pelo intermediário da cooperativa.

No quadro 06, demonstramos a compra de produtos da agricultura familiar para a merenda escolar da escola Estadual Y, durante o ano de 2015.

Quadro 06: Chamada Pública da Escola Estadual Y de Cerro Largo, no ano de 2015.

Item	Unid.	Produto	Quantidade Total	Valor Unitário	Valor Total
01	Cabeça	Alface	100	2,00	200,00
02	Kg	Alho	10	17,62	176,20
03	Kg	Batata Doce	50	2,50	125,00
04	Kg	Beterraba	50	3,25	162,50
05	Kg	Bolacha Colonial	130	16,00	2080,00
06	Kg	Brócolis	25	8,00	200,00
07	Kg	Cenoura	50	3,05	152,50
08	Kg	Couve	5	7,00	35,00
09	Kg	Couve flor	20	9,00	180,00
10	DZ	Ovos	250	3,90	975,00
11	Kg	Queijo fatiado	100	21,00	2.100,00

12	Lt/Kg	Polpa de Fruta (Uva)	70	17,27	1208,90
13	Lt/Kg	Polpa de Fruta (Bergamota)	70	9,20	644,00
14	Lt/Kg	Polpa de Fruta	70	9,20	6,44
				Total	8883,10

Fonte: Chamada Pública da Escola Estadual Y do município de Cerro Largo.

No quadro 06, da compra de merenda escolar, através de chamada pública, da Escola Estadual Y, acima descrita, podemos perceber a lista de quatorze itens que seriam adquiridos para o ano letivo de 2015. Esta foi a previsão de gastos da escola, através de compras vindas da agricultura familiar local. Sabemos que durante o preparo das refeições destes alunos, são usadas muitas outras variedades de alimentos, pois esta é uma escola em que os alunos permanecem durante o dia todo, ou seja, fazem as refeições e lanches na própria escola.

Durante o primeiro semestre, esta escola comprou leite pasteurizado através da chamada pública, o que não ocorreu no segundo semestre. Sabemos que nenhuma queixa ou problema tenha ocorrido durante o fornecimento deste leite para a escola. Mas então porque durante o segundo semestre, não houve a compra deste item através da agricultura familiar?

Se vamos analisar o montante de dinheiro previsto para ser gasto durante o ano letivo com compras de merenda escolar, percebemos que ele é bem expressivo, mas não podemos apenas nos deter a estes números. O que devemos levar em conta, é que muito mais itens poderiam e deveriam ser comprados diretamente da agricultura familiar, para que as famílias dos produtores envolvidas neste processo tomassem esta ação como incentivo para permanecerem no meio rural, produzindo alimentos de excelente qualidade. Sem o retorno financeiro esperado, as famílias acabam se desmotivando de continuar vivendo no meio rural e assim entram para o número estatístico do êxodo rural local.

Outro dado citado acima no quadro, que nos chama a atenção, é que foram previstos comprar 250 dúzias de ovos durante o ano letivo por esta escola. Mas o que efetivamente ocorreu, foi a compra de apenas 30 dúzia de ovos. Estas previsões com quantidades ilusórias faz com que os produtores acreditem que terão vendas superiores às

que realmente se efetivam. Consideramos que este seja um fator desfavorável para uma excelente relação entre produtores e gestores de estabelecimentos de ensino.

Durante a caminhada da cooperativa dentro do programa de compras de merenda escolar através de chamadas públicas, sabemos que ela passou por vários momentos. Perdeu-se a oportunidade de venda de produtos para as escolas, devido a inadequação da qualidade dos mesmos. As escolas têm obrigação de gastar com produtos alimentícios vindos diretamente da agricultura familiar o que está estipulado em lei. Devemos ter clareza que a lei estipula porcentagem do valor total a ser gasto e não o item a ser adquirido.

Neste último ano, notamos muitas mudanças tanto por parte dos agricultores quanto em relação das escolas para com a cooperativa gestora das chamadas públicas. Aos poucos os agricultores vêm se adequando de acordo com as legislações vigentes, principalmente no que diz respeito à legalização de agroindústrias, a boas práticas de transporte de alimentos, à implantação de embalagens adequadas para acondicionar os alimentos produzidos, à implantação de rótulos nas embalagens e à qualidade dos produtos que serão consumidos pelos alunos. É uma transformação que vem ocorrendo a passos lentos. Com isso, espera-se que os alimentos oferecidos para a comercialização nas escolas municipais e estaduais, cheguem cada vez com mais qualidade e aparência a mesa do consumidor final. Desta forma, quem compra e quem produz ganha.

6 CONCLUSÕES

Pela primeira vez na história, a agricultura familiar, que é entendida como o cultivo da terra por pequenos proprietários rurais, tendo como a mão de obra, essencialmente o núcleo familiar, vem sendo reconhecida oficialmente como um setor social. Anteriormente, eram vistos como os pobres do campo, produtores de baixa renda ou pequenos agricultores. Hoje, os agricultores familiares são percebidos como sendo portadores de outra concepção de agricultura e cada vez mais, buscam seu espaço dentro da conjuntura social atual.

Considerando-se o abastecimento alimentar, a agricultura familiar destaca-se por desenvolver culturas variadas e que, apesar da pequena escala, distinguem-se por sua qualidade e por sua característica altamente distribuída. Sua dispersão geográfica a aproxima dos consumidores, privilegiando, principalmente, as comunidades mais distantes das grandes cidades e, por consequência, dos grandes centros de distribuição.

Caracterizada por pequenas propriedades, o número de beneficiados com os resultados financeiros também é um diferencial. Por ser predominantemente baseada em policultura, ou seja, produção e oferta de produtos variados, e por sua proximidade ao consumidor, a produção familiar pode estar menos propensa a influências, principalmente externas, na formação de seus preços, contribuindo, assim, com a sua estabilização. Na questão ambiental, que ganha cada vez mais destaque, a agricultura familiar também se sobressai por adotar práticas ambientalmente mais sustentáveis, em função, principalmente de sua característica de produção em pequena escala e por evitar os riscos proporcionados pelas monoculturas de grandes propriedades. Agregam-se a isso, os estímulos à produção de alimentos orgânicos ou obtidos por meio da agroecologia, que conferem aos produtos da agricultura familiar diferencial competitivo na busca por qualidade e responsabilidade socioambiental.

Independentemente dos produtos da agricultura familiar adquiridos pelas escolas estaduais e Prefeitura Municipal bem como das suas respectivas quantidades, todas elas respeitam a porcentagem mínima de 30% do total da verba destinada para a compra da merenda escolar, estando, portanto, ambas em consonância com a lei.

Acreditamos que os gestores escolares responsáveis pelo recebimento das verbas e suas respectivas compras não estão somente pensando na qualidade dos produtos adquiridos e sim, em respeitar a porcentagem mínima estabelecida em lei. Se pensassem também na qualidade dos produtos consumidos pelos alunos, com certeza poderiam ser ampliados significativamente os valores gastos com merenda escolar, comprando produtos vindos diretamente agricultura familiar local. Com a ampliação dos gastos com produtos vindos diretamente da agricultura familiar local, alunos e produtores seriam beneficiados, onde os alunos receberiam alimentos sem agrotóxicos e conservantes na alimentação e os produtores, receberiam como estímulo e valorização a ampliação da compra de seus produtos para serem consumidos pelos alunos locais.

Como atualmente um dos sócios da cooperativa é também um dos maiores fornecedores de verduras nos mercados locais, não encontramos razão para que atualmente a compra de merenda escolar, não seja realizada através da agricultura familiar. Se o produto final oferecido tanto na cooperativa, quanto nos demais mercados locais têm o mesmo fornecedor, diferenciando neste caso, somente o valor final agregado ao produto, não há razão lógica para que não se faça as compras destes produtos diretamente do produtor, tendo como intermediário, somente a cooperativa, responsável pela negociação e entrega dos produtos.

O mesmo caso ocorreu com a compra do leite para a merenda escolar durante este ano letivo. Comprou-se uma quantidade significativa de leite produzida por uma das agroindústrias locais, onde os proprietários são membros efetivos da cooperativa. Neste caso também o fornecedor de leite da cooperativa e do mercado envolvido na compra é o mesmo. Enfim, sabemos que ao longo destes dois anos, avançamos significativamente quanto à valorização da agricultura familiar e a qualidade dos produtos ali comercializados. As famílias têm se empenhado para oferecerem produtos com a qualidade desejada pelo cliente. Buscam estarem se aperfeiçoando com técnicas de manejo e cultivo dos produtos. Estão buscando a legalização de suas agroindústrias, conforme a legislação vigente exige. Mas para que isso aconteça, precisam além da força de vontade pessoal, também da ajuda, orientação e apoio dos órgãos competentes locais.

Levando em conta que hoje temos quantidade, diversidade e qualidade nos produtos oferecidos para compor a lista das possíveis compras das escolas e prefeitura através da

chamada pública, precisamos encontrar as justificativas para que as demais compras não sejam realizadas também através da cooperativa local. Mas este trabalho de conscientização deve ocorrer de forma conjunta, tanto com os gestores da cooperativa, quanto com os gestores das escolas. Também não podemos esquecer que as famílias dos produtores são peças fundamentais neste processo, pois eles precisam ouvir dos possíveis consumidores em potencial, o que esperam dos produtos a serem adquiridos e consumidos em seus estabelecimentos de ensino.

Precisamos pensar como cooperativa. Temos que aperfeiçoar nossas técnicas de vendas coletivas, onde partimos de coletivo para o individual. Precisamos sair do comodismo, enfrentar as adversidades na relação com o outro, em busca do bem comum. Temos que parar de vivenciar o passado, acreditando num futuro de mudanças. O cliente deve sempre estar satisfeito e feliz com os produtos adquiridos. Assim, a credibilidade para com o produto aumenta e conseqüentemente a quantidade e variedade a ser adquirido também.

Ultimamente, nos meios de comunicação, há muita divulgação da importância da valorização da agricultura familiar e de suas produções alimentícias. Temos a possibilidade diária de consumirmos produtos vindos diretamente da agricultura familiar, mas sabemos que ainda são poucas as pessoas que o fazem. Como vivemos em um município de pequena extensão, temos a possibilidade de conhecermos as famílias envolvidas no processo de produção e comercialização destes produtos, bem como também temos a oportunidade de visualizar as áreas cultiváveis. Mesmo assim, ainda existem pessoas que preferem consumir produtos vindos de outros estados aos produzidos pelas famílias de nosso município. Por este motivo acreditamos que deve acontecer uma melhor divulgação dos produtos comercializados pelas famílias cooperativadas durante todo o ano, enfatizando as formas de cultivo, destacando que os mesmos são produzidos sem a adição de produtos químicos, portanto, sendo orgânicos. Com a realização de um trabalho no coletivo, com certeza, o objetivo final que é a valorização das famílias e produtos da agricultura familiar será alcançado e as vendas aumentarão significativamente.

7 REFERENCIAS

- AGNE, Chaiane Leal. **Agroindústrias rurais familiares e a rede de relações sociais nos mercados de proximidade na Região do Corede Jacuí, Centro/RS**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70. 2011.
- BERNSTEIN, Basil. **A estruturação do discurso pedagógico: classe, códigos e controle**. Petrópolis: Vozes, 1996;
- BURCH, D.; LAWRENCE, G. **Supermarket. Own Brands, Supply Chains and the Transformation of the Agri-food System**. 2005. Mimeo.
- CARVALHEIRO, Elisandra Mara; WAQUIL, Paulo Dabdab. A participação da agroindústria familiar rural de Palotina (PR) na construção social de mercados. In: **CONGRESSO SOBER**, 47, Porto Alegre. 2009.
- FRANCO, Maria Laura. **Análise de conteúdo**. Brasília: Plano, 2003. v. 6;
- KRAUSE, M. V. **Alimentos, nutrição e dietoterapia**. 7. ed. São Paulo: Roca. 1998.
- MARIETTO F. P. **Alimentação escolar**. Rev. Nutrição. n. 14, p. 21- 23, 2002.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Guia alimentar para a população brasileira. 2004.
- _____. Dez passos para a alimentação saudável nas escolas, 2006. Disponível em http://nutricao.saude.gov.br/documentos/dez_passos_nas_escolas.pdf
- MIOR, Luis Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.
- SANTOS, R. C. dos; FERREIRA, C. H. Caracterização de agroindústrias familiares localizadas na área de abrangência da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul. **Revista Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável**, v. 2, n. 1/2, jan./ago. 2006.
- SARAIVA, Elisa Braga. SILVA, Ana Paula Ferreira da. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Artigo ARTICLE. Disponível em <http://www.scielo.br>. Acesso em 08/06/15.
- SILVEIRA, P. R. C. *et al.* A diversidade do associativismo na Região do Corede - Centro/RS e sua importância para o desenvolvimento regional. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL**, Foz do Iguaçu, 37. Anais... Foz do Iguaçu: SOBER, 1999.
- TRICHES, Rozane Marcia; SCHNEIDER, Sergio. Desestruturar para construir: interfaces para agricultura familiar acessar o Programa de Alimentação Escolar. Revista Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), Rio de Janeiro, V. 1, p. 66-106, 2012.

WILKINSON, J. A pequena produção e sua relação com os sistemas de distribuição. In: **___Seminário Políticas de Seguridad Alimentaria y Nutrición en América Latina**. Anais. Campinas – SP: UNICAMP, 2003.

WILKINSON, John. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

WILKINSON, J. A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema alimentar na América latina. In: Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n.21, 2003, p. 62-87.